

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho, encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos e avançou para patamares próximos a 3,8 mil pontos no quarto trimestre (alta de 11,7% nos últimos três meses de 2020).

No país, o Banco Santander considera que os infortúnios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infortúnios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultarão em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por conseguinte, provocarão alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável.

Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira - notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano e esta tendência se manteve nos últimos meses. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,6% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, ao final do quarto trimestre, a expectativa mediana foi de que a economia brasileira registrará recuo de 4,36% em 2020. O Banco julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos posteriores - a mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2021 e 2022 eram de 3,4% e 2,5%, respectivamente, ao final do quarto trimestre - continuam justificando a percepção geral de que a variação do IPCA convergirá para as metas estipuladas no horizonte relevante para a política monetária, a despeito de haver encerrado 2020 acima do objetivo estabelecido para o ano na esteira de choques temporários - a variação anual do IPCA em 2020 atingiu 4,5%, enquanto a meta era de 4,0%. A combinação de perspectivas de recuperação econômica gradual e inflação compatível com as metas estabelecidas é o que o Santander entende haver propiciado espaço ao Banco Central do Brasil para haver mantido a taxa básica de juros no patamar mínimo histórico do país (2,00% a.a.) no encerramento de 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível durante boa parte do ano de 2021.

Na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido os investidores internacionais ainda receosos quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas	
	Explicativas	31/12/2020
Ativo Circulante	1.135.935	2.313.677
Disponibilidades	4&15.d	10.949
Instrumentos Financeiros	221.843	1.389.185
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5&15.d	221.843
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	79.592
Operações de Arrendamento Mercantil	7	901.074
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	7.1	(6.856)
Outros Ativos	9	8.925
Ativo não Circulante	5.993.556	4.762.796
Instrumentos Financeiros	2.824.908	1.576.278
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	2.824.908
Operações de Arrendamento Mercantil	7	1.195.166
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	7.1	(9.601)
Outros Ativos	9	869.726
Ativos Fiscais	842.754	812.731
Correntes	8	238.098
Diferidos	8	604.656
Investimentos	10	270.603
Participações em Coligadas e Controladas - no País	10	270.603
Total do Ativo	7.129.491	7.076.473

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÍNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação		Lucros (Prejuízos)		Total
	Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Patrimonial	Acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2018		4.720.030	396.581	570.072	66.338	-	5.753.021	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(34.569)	-	46.996	46.996	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	
Destinações:									
Reserva Legal	14.c	-	2.350	-	-	-	(2.350)	-	
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	-	-	(2.679)	(2.679)	
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	20.983	-	-	(20.983)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	20.984	-	-	(20.984)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		4.720.030	398.931	612.039	31.769	-	5.762.769	-	
Mutações no Exercício		-	-2.350	41.967	(34.569)	9.748	-	9.748	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.720.030	398.931	612.039	31.769	-	5.762.769	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(3.653)	-	78.296	78.296	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	
Destinações:									
Reserva Legal	14.c	-	3.915	-	-	-	(3.915)	-	
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	-	-	(4.463)	(4.463)	
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	34.959	-	-	(34.959)	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	34.959	-	-	(34.959)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.720.030	402.846	681.957	28.116	-	5.832.949	-	
Mutações no Exercício		-	3.915	69.918	(3.653)	70.180	-	70.180	
Saldos em 30 de junho de 2020		4.720.030	403.847	705.450	17.757	-	5.847.084	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	10.359	-	10.359	10.359	
Prejuízo	-	-	-	-	-	(20.031)	(20.031)	(20.031)	
Destinações:									
Reserva Legal	14.c	-	(1.001)	-	-	-	1.001	-	
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	-	-	(4.463)	(4.463)	
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	(11.746)	-	-	11.746	-	
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	(11.747)	-	-	11.747	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.720.030	402.846	681.957	28.116	-	5.832.949	-	
Mutações no Período		-	(1.001)	(23.493)	10.359	(14.135)	-	-	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Antes da Circular nº 3.959		Estabelecido pela Circular nº 3.959	
	Saldos em 31/12/2019	Conceito	Saldos em 31/12/2019	Reclassificado
Operações de Arrendamento		Peio Vácuo Presente sem considerar o Valor Residual Garantido (VRG) deduzidas de Rendas a Apropriar e acrescidas de Bens Não de Uso Próprio - Arrendamento	3.146	2.111.842
Imobilizado de Arrendamento		Divulgado no Balanço deduzido da Depreciação	3.195.143	-
Credores por Antecipação do Valor Residual		Divulgado no Balanço na linha de Outras Obrigações - Diversas	(1.086.447)	-
Total			2.111.842	2.111.842

1. Contexto Operacional
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Banco S.A. Banco Santander), constituída na forma de sociedade limitada, domiciliada na Rua Armador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo - SP atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações do Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil

	Antes da Circular nº 3.959		Estabelecido pela Circular nº 3.959	
	Saldos em 31/12/2019	Conceito	Saldos em 31/12/2019	Reclassificado
Operações de Arrendamento		Peio Vácuo Presente sem considerar o Valor Residual Garantido (VRG) deduzidas de Rendas a Apropriar e acrescidas de Bens Não de Uso Próprio - Arrendamento	3.146	2.111.842
Imobilizado de Arrendamento		Divulgado no Balanço deduzido da Depreciação	3.195.143	-
Credores por Antecipação do Valor Residual		Divulgado no Balanço na linha de Outras Obrigações - Diversas	(1.086.447)	-
Total			2.111.842	2.111.842

Adicionalmente, a Santander Leasing realizou o agrupamento das contas de operações de arrendamento mercantil na demonstração do resultado.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, previstas para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros. A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander Brasil S.A. (Banco Santander), investimento este que totaliza o equivalente a 78,58% do capital social da Santander Leasing e participação indireta equivalente a 21,42% através do Banco Bandepe S.A (Banco Bandepe) (Nota 15.c). O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período de findo em 31 de dezembro de 2020, na reunião realizada em 24 de março de 2021.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apreciação do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Brasileira 3.098/2011.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos disponíveis para venda.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Santander Leasing de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

A Santander Leasing classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.

Nível 2: São os derivados do preço de mercado de ativos cotados nos mercados ativos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado.

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro, ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus

das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revoga a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na abrangência, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

A resolução CMN nº 4.720/2019 e a Circular Bacen nº 3.959/2019 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro/2020, incluindo a alteração na forma de apresentação das operações de arrendamento mercantil, conforme abaixo:

	Antes da Circular nº 3.959		Estabelecido pela Circular nº 3.959	
	Saldos em 31/12/2019	Conceito	Saldos em 31/12/2019	Reclassificado
Operações de Arrendamento		Peio Vácuo Presente sem considerar o Valor Residual Garantido (VRG) deduzidas de Rendas a Apropriar e acrescidas de Bens Não de Uso Próprio - Arrendamento	3.146	2.111.842
Imobilizado de Arrendamento		Divulgado no Balanço deduzido da Depreciação	3.195.143	-
Credores por Antecipação do Valor Residual		Divulgado no Balanço na linha de Outras Obrigações - Diversas	(1.086.447)	-
Total			2.111.842	2.111.842

próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis e não preços de mercado. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros, utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apuração dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes e do método do valor presente.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Santander Leasing utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, instrumentos de baixa liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos
De acordo com a Circular nº 3.082 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e

II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e o respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Não temos operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524.

h) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de arrendamentos a receber e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vendidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contrapartidas a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

No entanto, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atrasos superior a 360 dias. No caso de operação de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixados quando completado o prazo de 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é devido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do

Entretanto, esta postura não foi obtida para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no quarto trimestre. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto a problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o período em 143 pontos básicos, patamar semelhante ao nível médio registrado no primeiro trimestre (portanto, antes da declaração de pandemia), quando o indicador estava ao redor de 150 pontos; patamar inferior aos 250 pontos registrado no final do terceiro trimestre. No caso da taxa de câmbio, o Banco viu acontecer um processo semelhante com a paridade frente ao dólar recuando de R\$5,60/US\$ ao final de setembro de 2020 para R\$5,20/US\$ no encerramento do quarto trimestre do ano passado, ainda que tenha

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Lei nº 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda:

(i) recompra de ações próprias, exceto por meio de bolsa ou mercado de balcão organizado até o limite de 5% da ações emitidas;

(ii) a redução do capital social, salvo em situações específicas;

(iii) o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução CMN nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) e 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

r) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização de mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

s) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas e a instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 20.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	10.949	8.466	7.285
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	141.826	56.009	1.428.350
Aplicações no Mercado Aberto	71.421	-	1.300.319
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	70.405	56.009	128.031
Total	152.775	64.475	1.435.635

As informações relativas a 31 de dezembro de 2018 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações no Mercado Aberto	71.421	80.017	151.438	1.253.584	-
Posição Bancada	71.421	80.017	151.438	1.253.584	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	80.017	80.017	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	71.421	-	71.421	1.253.584	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	70.405	-	70.405	56.009	-
Total	141.826	80.017	221.843	1.309.593	-

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

Resumo da Carteira por Categorias e Abertura por Vencimento

	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2018	
	Abertura por Vencimento	31/12/2020	Abertura por Vencimento	31/12/2019	Abertura por Vencimento	31/12/2018
Ajuste a Mercado a Refletir no Patrimônio Líquido	Custo Amortizado	6.379	6.379	-	-	-
		Valor Contábil	6.379	-	-	-
Títulos para Negociação	Valor Contábil	6.379	6.379	-	-	-
		Acima de 3 anos	6.379	-	-	-
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FI	Valor Contábil	6.379	6.379	-	-	-
		Acima de 3 anos	6.379	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	Valor Contábil	2.776.016	48.892	2.824.908	1.649.491	2.824.908
		Acima de 3 anos	2.776.016	48.892	2.824.908	1.649.491
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN	Valor Contábil	2.776.016	48.892	2.824.908	1.649.491	2.824.908
		Acima de 3 anos	2.776.016	48.892	2.824.908	1.649.491
Total de Títulos e Valores Mobiliários	Valor Contábil	2.776.016	48.892	2.824.908	1.655.870	2.824.908
		Acima de 3 anos	2.776.016	48.892	2.824.908	1.655.870

(1) 31 de dezembro de 2019, inclui o valor de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.ii). O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e taxa variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições da Santander Leasing no mercado on-line. Com base neste modelo de gestão, a Santander Leasing tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e com uso em cotações. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para swaps. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Santander Leasing não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2019		
Passivo	142.849		
Swap Negociação - Diferencial a Pagar	142.849		
Total	142.849		
(1) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimônios	31/12/2019		
	Valor Referencial	Valor da Carteira	Valor de Mercado
Swap	1.318.167	(81.088)	(142.849)
Ativo	1.318.167	1.506.648	1.506.648
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	1.318.167	1.506.648	1.506.648
Passivo	(1.318.167)	(1.587.736)	(1.649.497)
Taxa de Juros Pré - Reais	(1.318.167)	(1.587.736)	(1.649.497)

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	31/12/2019		31/12/2019		31/12/2019	
	Contraparte por Vencimento	Referencial	Valor Contábil	Valor de Mercado	Referencial	Valor de Mercado
Instituições Financeiras	Total	1.318.167	1.318.167	1.318.167	1.318.167	1.318.167
		Até 3 meses	61.568	61.568	61.568	61.568
Swap	Total	1.318.167	1.318.167	1.318.167	1.318.167	1.318.167
		De 3 a 12 Meses	58.669	58.669	58.669	58.669
Acima de 12 Meses	Total	1.318.167	1.318.167	1.318.167	1.318.167	1.318.167
		De 3 a 12 Meses	1.997.930	1.997.930	1.997.930	1.997.930

(1) Operações que são incluídas em Câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de hedge de risco de mercado da Santander Leasing consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos financeiros.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, a Santander Leasing utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados. A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixa gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descaimento, a Entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge Accounting.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetivos (atribuídos ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

	31/12/2019		31/12/2019		31/12/2019	
	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento
Hedge de Risco de Mercado	1.649.491	(1.649.497)	1.649.491	(1.649.497)	1.318.167	(1.318.167)
Contrato de Swap	1.649.491	(1.649.497)	1.649.491	(1.649.497)	1.318.167	(1.318.167)
Hedge de Título e Valores Mobiliários	1.649.491	(1.649.497)	1.649.491	(1.649.497)	1.318.167	(1.318.167)

(1) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais hedges.

Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

A Santander Leasing efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a negociação CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições. O quadro resumido apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira banking, para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2020, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira Banking	31/12/2019		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fatores de Risco			
Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré	(1.564)	(5.918)	(11.627)
Total	(1.564)	(5.918)	(11.627)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10 bps nas curvas de juros.

Cenário 2: choque de +25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira

	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	2.096.240	2.111.842
Total	2.096.240	2.111.842

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

b) Carteira de Arrendamento

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	2.379.566	2.428.239
Arrendamentos a Receber	1.737.930	1.821.677
Valores Residuais a Realizar (1)	631.336	606.562
Vendas à Propriar de Arrendamento Mercantil	(1.736.359)	(1.819.693)
Valores Residuais a Balancear	(631.636)	(606.562)
Bens não de Uso Próprio	1.052	1.162
Imobilizado de Arrendamento	3.508.663	3.195.143
Provisão para Antecipação de Valor Residual	(1.415.046)	(1.086.447)
Total da Carteira de Arrendamento	2.096.240	2.111.842

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

c) Carteira por Vencimento

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidas	2.620	3.181
A Vencer:		
Até 3 Meses	264.264	265.992
De 3 a 12 Meses	636.810	653.805
Acima de 12 Meses	1.192.546	1.188.864
Total	2.096.240	2.111.842

d) Carteira por Setor de Atividades

	31/12/2020	31/12/2019
Sector Privado		
Indústria	466.215	512.319
Comércio	577.445	578.370
Instituições Financeiras	671	2.138
Serviços e Outros	969.094	983.178
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	9.523	13.399
Agricultura	72.094	21.058
Sector Público		
Governo Municipal	1.198	1.380
Total	2.096.240	2.111.842

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes

Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	31/12/2020	
				Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.618.322	-	1.618.322	-
A	0,5%	357.646	-	357.646	1.788
B	1%	72.528	-	72.528	725
C	3%	22.706	2.982	25.688	770
D	10%	4.312	1.749	6.061	606
E	30%	1.715	958	2.673	802
F	50%	1.104	403	1.507	754
G	70%	270	2.407	2.677	1.874
H	100%	6.547	2.591	9.138	9.138
Total		2.085.150	11.090	2.096.240	16.457

31/12/2019

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	31/12/2019	
				Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.634.214	-	1.634.214	-
A	0,5%	363.339	-	363.339	1.817
B	1%	54.817	1.709	56.526	565
C	3%	26.627	1.291	27.918	837
D	10%	3.871	1.671	5.542	554
E	30%	1.761	4.210	5.971	1.791
F	50%	25	2.434	2.459	1.230
G	70%	415	4.565	4.980	3.486
H	100%	8.708	2.185	10.893	10.893
Total		2.093.777	18.065	2.111.842	21.173

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo Inicial	21.173	58.513
Constituições (Reversões)	3.647	(2.698)
Baixas	(8.363)	(34.642)
Saldo Final	16.457	21.173
Créditos Recuperados (1)	12.663	7.583

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil

g) Créditos Renegociados

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Renegociados	4.592	28.514
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.906)	(12.778)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	63,3%	44,8%

8. Ativos e Passivos Fiscais

a) Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	110.120	3.499	(2.467)	111.152
- Ações Cíveis	-	-	-	-
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	6.938	3.123	(3.213)	6.848
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos para negociação e Derivativos (1)	178.000	69.338	(7.071)	240.267
Outras Provisões Temporárias	16.301	453	-	16.754
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados da alienação em leilões de bens retomados e quitação antecipada pelo arrendatário em prazo inferior a 24 meses do início do contrato de arrendamento.

20. Outras Informações

Comitê de auditoria

Em consonância à Resolução do CMN nº 3.198/2004, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em

conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Efeitos da Pandemia - COVID-19

A Administração monitora os efeitos da pandemia do COVID-19 que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados.

A Santander Leasing mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades.

Até a data desta divulgação, a Companhia não identificou impactos significativos em suas operações.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve resultados não recorrentes.

Cancelamento do registro da Companhia na Comissão de valores Mobiliários (CVM)

Em 29 de dezembro de 2020 a Santander Leasing recebeu através do Ofício nº 388/2020/CVM/SEP/GEA-1 da CVM o deferimento do pedido de cancelamento do registro de companhia aberta na categoria "B".

21. Eventos Subsequentes

Majoração da Alíquota da Contribuição Social

Em 1º de março de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 1.034, que entre outras medidas altera a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável às Sociedades de Arrendamento Mercantil de 15% para 20%, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021. A Santander Leasing está avaliando os impactos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Presidente - Reginaldo Antônio Ribeiro		Diretor Presidente - Angel Santodomingo Martell	
Conselheiros		Diretores	
Angel Santodomingo Martell	Carlos Rey de Vicente	Amancio Acúrcio Gouveia	Antonio Pardo Santayana Montes
Contador			
Gilberto Cabeleira Alves - CRC nº PR040031/ O-7			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Leasing S.A.

Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das investidas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7